

A COOPERAÇÃO ANGLO-LUSA NA GUERRA PENINSULAR E SUA INFLUÊNCIA NAS UNIDADES DE CAÇADORES

Fiquei espantado com a aparência das tropas portuguesas. É, em todos os aspectos, igual à das nossas, e, nalguns pormenores, mesmo melhor.

Major-General Robert Long

O Corpo Expedicionário Britânico de Arthur Wellesley

Em Novembro de 1807, na sequência do tratado secreto que França e Espanha haviam firmado no mês anterior, em Fontainebleau, consuma-se a invasão e ocupação de Portugal pelas tropas dos dois países. As unidades do exército português que não haviam viajado com a Corte para o Brasil são, então, dissolvidas, indo uma parte importante das melhores formações integrar numa força que, sob a designação de *Legião Portuguesa*, logo marcha para França para reforçar o exército napoleónico.

Só a partir dos levantamentos de Madrid (2 de Maio de 1808) e da saída de Portugal das forças espanholas de ocupação – que, entretanto, haviam abraçado a causa antifrancesa – é que se proporcionam as condições para um levantamento popular, que, em meados de Junho, alastra por todo o território português. Ao levantamento popular segue-se um entusiástico esforço de reconstituição do exército, começando a ressurgir uma grande parte das unidades anteriormente dissolvidas.

Procurando explorar a difícil situação criada ao exército imperial nos dois países ibéricos, a Inglaterra decide intervir directamente no conflito. Assim, no início de Agosto de 1808, tropas britânicas desembarcam na praia de Lavos, encetando aí a sua participação na Guerra Peninsular. Inicia-se, então, uma estreita cooperação do ressurgido exército português com o Corpo Expedicionário comandado pelo general Arthur Wellesley. Às vitórias dos velhos aliados nas batalhas de Roliça e Vimeiro segue-se a retirada das tropas francesas de Junot do território português.

Com o reino momentaneamente livre de tropas invasoras, inicia-se a consolidação do sistema de forças do exército. Em 7 de Março de 1809, um decreto enviado do Brasil pelo Príncipe Regente nomeava mesmo William Beresford como marechal-general e comandante-chefe do exército português. Com essa medida – acrescida da circunstância de, desde vários anos antes da 1.^a invasão, prestarem serviço no exército português diversos oficiais britânicos –, facilitava-se a cooperação entre os dois exércitos, podendo falar-se, com toda a propriedade, num exército anglo-luso, pois a articulação das forças disponíveis apontava, claramente, nesse sentido. A colaboração do exército de Wellesley no ressurgimento das unidades portuguesas, em certa medida, foi, pois, a continuação de uma experiência que vinha de trás.

Foi assim que, por decreto de 29 de Junho de 1809, o novo comandante-chefe determinou a reorganização das tropas de infantaria, incluindo 6 batalhões de caçadores, criados em Outubro do ano anterior. Outros diplomas idênticos promoveram a reorganização das restantes armas e serviços. Para a campanha que ia seguir-se, Beresford articulou o exército em 12 brigadas. Estas brigadas eram compostas por dois regimentos de infantaria,

mas algumas delas eram reforçadas com um batalhão de caçadores. Esta mistura de dois tipos de infantaria fora ao encontro da própria forma de actuar da infantaria britânica. Assim, nas brigadas que integravam um batalhão de caçadores, eram estas unidades que garantiam a segurança do resto do corpo. Nas marchas de aproximação, formavam verdadeiras cortinas de segurança, precedendo o grosso da brigada e protegendo-lhe os flancos. Nos estacionamentos, montavam a segurança próxima e afastada, impedindo a acção de reconhecimento do inimigo. Nas retiradas, além da habitual acção de protecção dos flancos – procurando impedir o envolvimento e o cerco da força principal –, mantinham-se nas posições mais recuadas (em relação ao movimento), funcionando como guarda de retaguarda.

A relativa escassez de oficiais portugueses com idade e preparação técnico-táctica adequadas levou Beresford, passado pouco tempo, a dispensar o serviço de 108 dos que lhe pareceram menos válidos.¹ Diga-se, em abono da verdade, que, mesmo relativamente aos que permaneceram, o comando britânico – e o próprio Wellesley – sempre manifestou um notório desapeço pelas suas qualidades profissionais, contrariamente à opinião, muito positiva, que nutria pelas praças lusas. Esta questão haveria, mais tarde, de se politizar, fazendo crescer no seio do corpo de oficiais um sentimento marcadamente antibritânico.

Para colmatar as perdas provocadas pelo afastamento dos oficiais lusos, Beresford determinou uma saliente presença de oficiais britânicos em postos de comando de unidades portuguesas, tanto no escalão brigada como no das unidades imediatamente subordinadas.² Na maior parte dos casos, as nomeações dos oficiais britânicos para o serviço nas fileiras do Exército Português eram precedidas da promoção ao posto seguinte no seu próprio exército e de outra promoção de igual progressão para os quadros do Exército Português. Assim, para começar, 4 majores britânicos foram promovidos a tenentes-coronéis, imediatamente antes de ascenderem, no Exército Português, ao posto de coronel. Semelhante procedimento se verificou com 20 capitães britânicos promovidos, para o efeito, a majores, e, acto contínuo, ascendendo ao posto de tenente-coronel do Exército Português. Alguns meses mais tarde, este contingente inicial seria reforçado com cerca de mais trinta oficiais e alguns sargentos. Todos eles envergavam o uniforme português da respectiva unidade.³

É comumente aceite, na historiografia portuguesa, o ganho de qualidade que esta presença de oficiais e sargentos britânicos trouxe à reorganização, treino e empenhamento operacional do Exército Português, já para não falar, claro está, nas vantagens daí decorrentes na ligação entre os dois exércitos aliados. Tal não significa, porém, que essa qualidade estivesse, à partida, absolutamente garantida. Mesmo podendo tratar-se de um exemplo minoritário, vale a pena recordar o que, a este propósito, escreveu Thomas Bunbury, jovem oficial britânico, aludindo à sua nomeação para os quadros do Regimento de Infantaria 20,⁴ aquartelado em Campo de Ourique:

¹ JOHN GREHAN, *Wellington's Fighting Cocks: The Portuguese Army in the Peninsula*, In *The Peninsular War – Aspects of the struggle for the Iberian Peninsula*, General Editor Ian Fletcher, 1998, p. 174.

² Segundo John Grehan, cerca de 350 oficiais e 23 sargentos britânicos integraram as unidades portuguesas durante a Guerra Peninsular (*Wellington's Fighting Cocks: The Portuguese Army in the Peninsula*, p. 175.)

³ É curioso anotar que alguns textos ingleses da época designam este grupo de militares como *oficiais anglo-lusos* (Anglo-Portuguese officers).

⁴ Thomas Bunbury viria a ser, mais tarde, capitão de Caçadores 5. Já como major, seria nomeado comandante interino de Caçadores 6, substituindo o tenente-coronel Peter Fearon, morto na batalha de Orthez (27-02-1814). Terminada a guerra, foi nomeado 2.º comandante de Caçadores 3, na época aquartelado em Vila Real. Quando a unidade foi mandada preparar para seguir para o Brasil – para onde o governo britânico não permitia o envio de súbditos seus –, Bunbury foi de novo transferido, desta vez para Caçadores 4 (Penamacor). Beresford, ao regressar do Brasil, já depois da revolta de 1820, trazia nos despachos a sua promoção a tenente-coronel, a qual jamais se concretizaria. Acabou por regressar a Inglaterra e ao posto de capitão do exército britânico.

«Por esta altura, embora contasse já mais de dois anos de serviço, eu não sabia nada dos deveres da minha profissão. Nunca tendo comandado uma companhia no campo, era doloroso pensar que, agora, era chamado a ensinar aos outros aquilo que eu próprio desconhecia.»⁵

De referir, também, que a dupla promoção dos oficiais britânicos nomeados para servir no Exército Português causou embaraços e invejas entre os próprios oficiais britânicos, sobretudo porque, não poucas vezes, as unidades portuguesas desses oficiais actuavam em colaboração muito próxima com unidades britânicas onde se encontravam oficiais anteriormente mais antigos. Quando tal sucedia, os oficiais do exército britânico não deixavam de sentir a subalternidade para que se achavam remetidos por camaradas do antecedente mais modernos. Um sentimento análogo – envolvendo, além do brio profissional e de outros impulsos não tão nobres, o natural sentimento de patriotismo face aos estrangeiros – se foi instalando, também, entre a oficialidade portuguesa, embora só depois da guerra tenha tomado a feição de uma rebelião.

Esta realidade – que haveria de se manter até à revolta militar de 24 de Agosto de 1820 – impõe que se tenha na devida conta a influência britânica na organização, treino e emprego tático das unidades de caçadores, o que, mais adiante, teremos oportunidade de recordar.

Evolução da Infantaria britânica durante o século XVIII e no início do século XIX

Ao tentarmos medir o grau de intervenção britânica na criação das unidades de caçadores do exército português, podemos, seguramente, encontrar nas características das unidades de “Rifles” e, de um modo mais abrangente, na sua “infantaria ligeira”, assinaláveis semelhanças de emprego tático com as unidades francesas vocacionadas para a acção em ordem dispersa. A excelência dos atiradores, por exemplo, era algo que se encontrava, há séculos, na tradição do exército inglês, como é, manifestamente, o caso dos arqueiros da *Guerra dos Cem Anos* e, no que a Portugal diz respeito, dos que participaram na batalha de Aljubarrota. Devemos, no entanto, ter na devida conta que os nossos velhos aliados haviam percorrido um caminho diverso para chegar, digamos assim, a um resultado semelhante. Esse caminho diferente é, em grande parte, o resultado natural de uma geografia distinta – uma ilha – que determina, desde logo, que grande parte da defesa das fronteiras se baseie num dispositivo de contenção naval. Pelos mesmos motivos, o exército britânico do século XVIII é já – e continuaria a ser, cada vez mais – uma força expedicionária profissionalizada, vocacionada para actuar fora do seu território metropolitano.

Mas as influências continentais foram uma realidade que se não pode arredar desta discussão. Neste capítulo, contaram muito as estreitas ligações existentes, no século XVIII, entre a Grã-Bretanha e os povos germânicos em geral. Por um lado, os reis de Inglaterra eram, também, soberanos do principado do Hanover. Por outro lado, muitos soldados alemães – e não apenas hanoverianos – serviam, como mercenários, no exército britânico.

A primeira experiência britânica no que concerne a unidades de infantaria ligeira remonta ao ano de 1745, com uma relativamente insignificante intervenção dos *Highlanders* (futuro *Royal Highland Regiment* ou *Black Watch*) na batalha de Fontenoy, durante a Guerra da Sucessão da Áustria. A eclosão da *Guerra dos Sete Anos* (1756-1763) e dos conflitos coloniais que se seguiriam no continente norte-americano colocou as unidades de Linha

⁵ THOMAS BUNBURY, *Reminiscences of a Veteran*, Charles J. Skeet – Publisher, London, 1861, Vol. I, pp. 53-54.

tradicionais em combate contra colonos franceses e indígenas do Canadá, uns e outros possuidores de notáveis predicados no capítulo do tiro de precisão e do conhecimento do terreno. O comando britânico reconheceu, então, que era necessário organizar, com os seus próprios colonos, unidades com capacidades equivalentes às do seu adversário, isto é, forças com características muito semelhantes às que, na Europa, haveriam de tomar a designação de “caçadores”. A *Guerra da Independência Americana* (1775-1782), deixando, agora, os colonos americanos no campo opositor, só veio reforçar a aceitação da indispensabilidade do novo tipo de unidades. As batalhas de Lexington, Concord e Bunker Hill – onde as pesadas baixas sofridas pelos britânicos se deviam, sobretudo, à excelência dos atiradores americanos – constituíam exemplos demasiado sérios para serem ignorados.

Quando o exército britânico do duque de York se transferiu para o Continente Europeu, para participar na pouco afortunada campanha da Flandres (1793-1795), os batalhões de infantaria já traziam na sua constituição uma companhia de “rifles”. O terreno, pleno de sebes e vedações, era particularmente propício à acção da infantaria ligeira. Todavia, era patente uma certa resistência orgânica perante a necessidade de destacar os “rifles” das respectivas unidades para os empregar em formações mais numerosas e com missões desinseridas das unidades de linha. O duque de York, apercebendo-se da conveniência de aumentar o número das tropas ligeiras ao seu dispor, lançou mão do recrutamento local (holandeses e alemães), constituindo diversas unidades armadas de carabinas, para cujo enquadramento recorreu a muitos oficiais franceses exilados, que desejavam combater o regime republicano. É essa a origem de unidades como os *York Chasseurs*, os *Waldestein's Chasseurs*, os *Lowestein's Fusiliers*, os *Hompesch's Light Infantry* e o *Bentinck's Corps*.⁶

É, todavia, já no dealbar do século XIX que o conceito de “infantaria ligeira” é completamente reformulado no exército britânico da Europa, em grande medida graças à acção do general Sir John Moore. Quando Napoleão deu início aos preparativos para a invasão da Inglaterra, Moore foi designado para titular do Comando do Sudeste, competindo-lhe assegurar a defesa da costa, desde Dover a Dungeness. O condado de Kent dispunha, na época, de uma Milícia de cerca de 340.000 voluntários. Com uma parte importante desses voluntários, Moore levou a cabo um programa de aturado treino, destinado a preparar uma segunda linha de defesa na retaguarda dos batalhões do exército regular, para o caso de se verificar um desembarque de tropas francesas. Durante o treino destas tropas – cuja missão, agora sem finalidades expedicionárias, se aproximava da dos caçadores continentais –, John Moore vai estabelecer grande parte da doutrina que sustentará a intervenção britânica na *Guerra Peninsular* e materializar esse conceito, no plano organizativo, no levantamento da *Divisão Ligeira*.

Partidário de um regime disciplinar mais humanizado do que o que vigorara até então, Moore tinha a convicção de que o campo de batalha moderno exigia, mais do que nunca, um *soldado-pensante*, capaz de colocar na luta todas as capacidades físicas e mentais de que dispunha. O conceito que chegara aos rebeldes americanos e ao exército francês por via revolucionária era, assim, transposto de forma pacífica e evolutiva para as fileiras do exército britânico.

Importa referir, no entanto, que esta semelhança no que concerne às qualidades do soldado de infantaria ligeira não consente que se deduza que, do ponto de vista táctico, não havia diferenças de tomo. Embora não seja esse o tema deste trabalho, deve frisar-se que, no capítulo da manobra das unidades de infantaria de Linha, os Franceses eram entusiásticos adeptos da *Ordem Profunda* (formação em *coluna*, excelente para movimentos e acções ofensivas), enquanto os Britânicos preferiam uma *Ordem Linear* – normalmente de apenas

⁶ PHILIPP ELLIOT-WRIGHT, *Riflemen*, Publishing News Ltd, London, 2000, p. 37.

duas linhas –, cujas formações permitiam um grande poder de fogo na frente e se adaptavam particularmente bem a situações de defesa. Esta diferença de ordem táctica explica, também, por que razão o exército francês não adoptou a carabina, mesmo nas unidades de infantaria ligeira. Denotava, assim, uma predilecção pelo *choque* que, necessariamente, redundava num menor apreço pelo fogo preciso e na exploração da vantagem do emprego do fuzil clássico, com baioneta, mais longo e mais poderoso no *corpo-a-corpo*.⁷

No que concerne à execução dos fogos de infantaria, convém salientar que, entre as especificidades da actuação dos atiradores britânicos, avultava uma notável disciplina de tiro, graças à qual, em não poucas ocasiões, logravam sustentar o fogo até o inimigo se encontrar a muito curta distância (entre 50 e 20 passos).⁸ Esta disciplina de tiro, exigindo muito sangue-frio e uma acção de comando excepcional, permitia executar, com um intervalo de poucos segundos, uma mortífera salva (*volley*) dos fuzis, comandada à voz, seguida de uma carga de baioneta contra um inimigo compreensivelmente abalado e sem tempo para se recompor.

Para concluir, devemos recordar, aqui, que o conceito de Infantaria Ligeira, sendo genericamente inconfundível, se presta a diversas variações, nem sempre fáceis de definir. *Caçadores, atiradores, rifles, tirailleurs, voltigeurs, rangers e fuzileiros* são termos que se nos deparam com frequência quando estudamos as matérias relacionadas com a Infantaria Ligeira, nem sempre sendo fácil compreender o tipo de missões que justificavam a denominação atribuída. Certamente que, em muitos casos, a diferença era, somente, resultante do facto de as unidades em causa pertencerem a exércitos diferentes.⁹ De qualquer modo, no que concerne ao exército britânico, podemos, utilizando uma esclarecedora citação, adiantar o seguinte:

«É preciso sublinhar que, evidentemente, os *Riflemen* diferiam da generalidade da infantaria ligeira na medida em que tinham uma missão especializada como atiradores de elite. Enquanto da infantaria ligeira se esperava que fosse capaz de manobrar em ordem dispersa e de combater em formação cerrada, juntamente com a infantaria de linha, a função dos *Riflemen* era a de alvejar oficiais e sargentos e, em termos gerais, flagelar o inimigo.»¹⁰

Assim sendo, constatando que os *Rifles* faziam, ao fim e ao cabo, verdadeiro “tiro de caça”, faz todo o sentido considerar estas tropas como o que de mais semelhante aos *Caçadores* existia no exército britânico da época em análise. Dito de outro modo: os *Rifles* seriam os caçadores britânicos; os *Caçadores* seriam os rifles portugueses.

Acção combinada dos exércitos anglo-lusos

A estreita ligação da força expedicionária britânica com o novo exército português constituído a partir de 1808 pode ter ficado a dever-se, em grande parte, às características apresentadas pelos soldados portugueses, quando confrontadas com as necessidades da

⁷ Este menor apreço pelo *fogo* e a obsessão pelas virtualidades do *choque* traçam, na verdade, as linhas-mestras de um pensamento táctico baseado num muito alardeado ânimo (*élan*) superior. Assim que o advento das armas modernas (metralhadoras e artilharia) colocou o *fogo* no “trono” dos *Elementos Essenciais do Combate*, a obstinação da doutrina francesa, consubstanciada na famosa máxima da *ofensive à outrance*, com que o exército iniciou a 1.ª Guerra Mundial, conduziu aos resultados desastrosos do Verão de 1914.

⁸ Os principais adversários dos exércitos napoleónicos na Europa Central – prussianos, austríacos e russos – optavam, em situações idênticas, por iniciar os fogos a uma distância maior (cerca de 75 passos).

⁹ Veja-se este exemplo, no âmbito do Exército de Napoleão: um decreto imperial de 30 de Dezembro de 1810 dava aos 1.º e 2.º Regimentos de *Tirailleurs Chasseurs* o nome de 1.º e 2.º Regimentos de *Voltigeurs*. Ao mesmo tempo, os 1.º e 2.º Regimentos de *Conscrits Chasseurs* transformavam-se nos 3.º e 4.º Regimentos de *Voltigeurs*. Os ditos regimentos não sofreram qualquer modificação nos seus efectivos, só mudando o respectivo uniforme. In *Corps des chasseurs à pied* [<http://aigleconquerant.free.fr/armee/chasseurs.htm>].

¹⁰ PHILIPP ELLIOT-WRIGHT, *Idem*, p. 40.

própria campanha. De facto, na sua maioria originários de regiões montanhosas e de marcada ruralidade, os novos recrutas traziam para as fileiras muitas das melhores características da Infantaria Ligeira. Uma delas – a baixa estatura – era mesmo uma regra com reduzida percentagem de excepções. Um dos oficiais britânicos que serviu na campanha de Portugal, o capitão William G. Eliot, do Real Regimento de Artilharia, escreveu a este propósito, em 1811:

«O camponês português possui duas das mais inestimáveis qualidades necessárias para formar um bom soldado, nomeadamente, sobriedade e uma dócil obediência às ordens dos seus superiores. No soldado, não é a coragem individual isolada que forma a base daquela energia no ataque e solidez na defesa, tão frequentemente exibida pelos exércitos em campanha, mas sim uma firme confiança nos oficiais que os comandam e uma correcta disciplina, combinadas com a experiência e um sistema táctico ponderado. O Exército Português, enquadrado por oficiais britânicos, será considerado uma força eficiente quando tal se torne necessário – não tenho a mais pequena dúvida.»¹¹

No plano táctico, a missão dos instrutores britânicos foi, precisamente, no sentido de libertar o exército português do sistema pesado de formações prussianas que o conde de Lippe trouxera para Portugal, adaptando a infantaria portuguesa à doutrina ligeira da infantaria britânica. No caso específico dos Caçadores, o treino das novas unidades constituídas na sequência do Decreto de 14 de Outubro de 1808 foi baseado no *Rifle Regulations* do exército britânico, da autoria do coronel Coote Manningham.¹² No que concerne ao armamento, por alturas de Agosto de 1810, cada um dos batalhões de caçadores foi equipado com 200 carabinas *Baker*, contemplando, primordialmente, as companhias de atiradores.

Durante o Inverno de 1809-1810 – minorados alguns graves problemas logísticos que afectavam a subsistência das tropas portuguesas e motivavam elevado número de deserções –, começou a ser patente uma subida consistente do valor das unidades lusas. Assim, por ocasião da 3.ª Invasão Francesa, a interligação das tropas portuguesas com o corpo expedicionário britânico era já bastante harmoniosa. O trabalho de recuperação da disciplina, a instrução apurada, o reequipamento e os fardamentos obtidos com a ajuda britânica, conjugados com a determinação e o patriotismo dos soldados portugueses, permitiram ao alto comando aliado prever a utilização das unidades portuguesas em pé de igualdade com as do exército britânico. No plano organizativo, iniciou-se, então, uma nova experiência: a integração de uma brigada portuguesa em algumas das divisões britânicas, embora mantendo como *independentes* duas das brigadas não endivisionadas.

Merece, ainda, especial relevo, o caso da constituição da *Brigada Ligeira* portuguesa, composta pelos batalhões de caçadores 1 e 3, brigada essa que, por sua vez, foi integrada na Divisão Ligeira do general Craufurd, tomando parte, com particular brilho, nos combates do Côa (24-07-1810) e, naturalmente, na emblemática batalha do Buçaco. Esta, travada a 27 de Setembro de 1810, constituiu um excelente exemplo do valor da acção combinada dos dois exércitos, antecipando os êxitos que, em conjunto, lograriam obter até ao Verão de 1814. Tratando-se de uma operação de contornos defensivos, num terreno impróprio para acções de cavalaria, as unidades de caçadores foram integradas no dispositivo linear montado na Serra do Buçaco, fazendo parte de 4 brigadas mistas e uma brigada ligeira.

Três dias após a batalha – e coincidindo com a apreciação feita pelo capitão Eliot –, o próprio Wellington haveria de referir-se de forma muito elogiosa ao comportamento das tropas portuguesas:

¹¹ WILLIAM G. ELIOT, *Treatise on the Defence of Portugal*, Military Library - Whitehall, London, 1811, pp. 112-113.

¹² JOHN GREHAN, *Idem*, p. 176.

«Esta acção concedeu-me uma favorável oportunidade para mostrar ao inimigo a classe das tropas de que este exército é composto. Levou os conscritos portugueses a entrar em acção contra o inimigo, pela primeira vez numa situação vantajosa, e provaram que os esforços feitos com eles não foram em vão, e que são merecedores de competir nas mesmas fileiras das tropas britânicas...»¹³

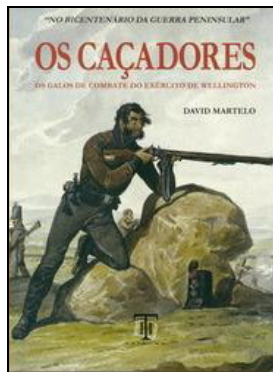
As qualidades dos caçadores em situações de escaramuça seriam, até, elogiadas pelos militares britânicos como sendo superiores às suas. Em muitos casos, os batalhões de caçadores eram, mesmo, considerados como tropa predilecta dos comandos mais elevados do exército anglo-luso:

«O batalhão de caçadores era um grande favorito do [general] Sir William Stewart, que comandava a Divisão. Por vezes chamava-os *Guarda-Costas*, outras vezes designava-os por *Lebréus*¹⁴. Eram tipos baixos e musculosos e davam atiradores excepcionais.»¹⁵

Com a retirada das forças francesas da 3.^a Invasão, considerou-se necessário, por Portaria de 20 de Abril de 1811, o levantamento de outros seis batalhões de caçadores, numerados de 7 a 12, para reforçar o exército que iria participar na fase seguinte da Guerra Peninsular – a expulsão das tropas napoleónicas da Península Ibérica. As seis novas unidades rapidamente se incorporaram no exército aliado, participando activamente nas campanhas seguintes, em Espanha e França, até à abdicação de Napoleão Bonaparte.

David Martelo

Publicado no n.º 557 do *Jornal do Exército* – Dezembro de 2006



Leitura complementar

¹³ *Idem*, pp. 113-114.

¹⁴ *Harriers*, no original inglês. O lebréu é um cão vocacionado para a caça à lebre.

¹⁵ THOMAS BUNBURY, *Idem*, Vol. I, p. 242.